CÂMARA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ - BRASIL

Rua Presidente Costa e Silva, 260 - Caixa Postal 42 - Telefone: 46-3556-1266

85.740-000 - E-mail: camaraperola@hotmail.com.br - Pérola D'Oeste - Paraná

REQUERIMENTO Nº 17/2026

Ao,
Prefeito Municipal, de Pérola D'Oeste, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e do Departamento de Contabilidade.

Assunto: Pedido de informações sobre dívida pública, financiamentos e previsões da LDO e LOA 2027.

Senhor Presidente,

Com fundamento na função fiscalizadora do Poder Legislativo, na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), na Lei Orgânica Municipal e no art. 237, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno desta Câmara, REQUEIRO, após os trâmites regimentais, as informações e apresente os documentos abaixo discriminados.

1. Dívida atual — posição de novembro de 2026

Informar o valor total e atualizado das obrigações financeiras do Município, com data-base em 31/10/2026 e atualização até a data da resposta, se disponível, separando: (a) dívida consolidada bruta e líquida; (b) financiamentos e empréstimos bancários; (c) parcelamentos tributários e previdenciários; (d) precatórios e outras obrigações judiciais; (e) restos a pagar, despesas liquidadas não pagas e compromissos vencidos com fornecedores. Apresentar os valores por credor, vencimento e natureza, sem confundir dívida consolidada com demais contas a pagar.

2. Relação integral dos financiamentos e empréstimos

Encaminhar relação de todas as operações de crédito contratadas, vigentes, quitadas ou renegociadas de 01/01/2021 até a data da resposta, indicando, para cada uma: lei autorizativa; instituição credora; número e data do contrato; valor originalmente contratado; valores efetivamente liberados; saldo devedor atual; juros e indexador; demais encargos; prazo de carência; número e valor das parcelas; vencimento final; garantias; e eventuais aditivos ou renegociações. Anexar contratos, aditivos e cronogramas de pagamento.

3. Finalidade, justificativa e aplicação de cada financiamento

Informar, individualmente, por qual motivo cada financiamento foi solicitado e contratado, qual necessidade pública justificou o endividamento, qual foi a destinação autorizada e onde os recursos foram efetivamente utilizados. Especificar obras, serviços de capital, equipamentos ou aquisições, com localidades, valores por objeto, estágio de execução e benefícios previstos à população. Encaminhar os estudos, justificativas técnicas, plano de aplicação, projetos, planilhas e comprovantes da utilização dos recursos, inclusive empenhos, liquidações e pagamentos, quando existentes. Discriminar valores ainda não aplicados e respectivas contas bancárias.

4. Juros, encargos e amortizações efetivamente pagos

Informar, por exercício de 2021, 2022, 2023, 2024, 2025 e 2026 (até a última competência fechada), quanto foi efetivamente desembolsado em (a) juros e encargos financeiros, (b) amortização do principal e (c) tarifas, comissões e outros custos de operações de crédito. Apresentar o total anual e a discriminação por contrato e instituição financeira, acompanhados dos relatórios contábeis de execução da despesa e comprovantes/razões de pagamento pertinentes.

5. Parcelas e custos futuros — 2027, 2028 e 2029

Informar, separadamente para cada contrato, os valores previstos a pagar em 2027, 2028 e 2029, distinguindo principal, juros e encargos, bem como o saldo devedor projetado no encerramento de cada ano. Informar quais valores decorrem de obrigações já contratadas e quais dependem de novas contratações, liberações futuras, hipóteses de taxa de juros ou projeções ainda não concretizadas. Anexar os cronogramas e respectivas memórias de cálculo.

6. Financiamento de até R$ 20 milhões — Lei Municipal nº 1.589/2026

Esclarecer a situação atual da operação autorizada junto à Caixa Econômica Federal no âmbito do FINISA: apenas autorizada, proposta em análise, aprovada pelo banco, contratada ou com desembolsos realizados? Em caso positivo, indicar datas, valores, taxas, encargos, garantias, carência e cronograma de pagamento; em caso negativo, informar a previsão de contratação e de liberação. Apresentar a justificativa técnica e econômica da contratação, o plano de aplicação detalhado, cada obra ou investimento pretendido, respectivos valores e localidades, cronograma físico-financeiro e previsão do custo total do financiamento. Informar expressamente se essa operação foi incluída nas previsões da LDO/LOA de 2027 e nos saldos da dívida de 2028 e 2029, identificando as rubricas e valores.

7. Divergências nos valores históricos das LDOs

Explicar e documentar as divergências nos valores classificados como dívida consolidada "realizada" nas Metas da Dívida Pública da LDO 2025 e da LDO 2026: em 2022, R$ 12.587.521,26 versus R$ 9.540.000,00; em 2023, R$ 11.521.032,95 versus R$ 8.148.159,42; e em 2024, R$ 11.470.178,93 versus R$ 11.748.515,16. Informar qual valor é o correto em cada exercício, a razão de cada alteração, eventuais retificações e a conciliação com os Relatórios de Gestão Fiscal e balanços oficiais.

8. Revisão das metas fiscais e aumento projetado para 2029

Justificar por que, nas Metas da Dívida Pública da LDO 2025, constavam R$ 20.000.000,00 para 2026 e R$ 22.000.000,00 para 2027, enquanto a LDO 2026 passou a prever R$ 10.858.554,09 e R$ 9.834.238,38, respectivamente. Esclarecer também a projeção da LDO 2027 que passa de R$ 8.758.958,20 em 2028 para R$ 12.758.980,30 em 2029, aumento de R$ 4.000.022,10: quais operações, liberações, capitalizações, carências, ajustes ou outras hipóteses explicam a elevação? Apresentar memória de cálculo anual e identificação das obrigações consideradas.

9. Valores da LOA 2027 — serviço da dívida e investimentos

Detalhar quais contratos e obrigações justificam as dotações de R$ 2.513.260,00 para juros e encargos da dívida e R$ 2.438.000,00 para amortização do principal, totalizando R$ 4.951.260,00 em 2027 (páginas 8, 13 e 14 do PL nº 42/2026). Informar quanto decorre de financiamentos já existentes, quanto seria de eventual nova contratação e quais fontes de recursos suportarão as despesas. Esclarecer também como essas obrigações se relacionam com a previsão de R$ 2.625.670,00 em investimentos e qual o impacto esperado na capacidade de investir do Município.

10. Demonstrativos e consistência contábil

Encaminhar os demonstrativos atualizados da dívida consolidada bruta e líquida, com conciliação com o Relatório de Gestão Fiscal, balanço patrimonial, razão contábil, relatórios de execução da dívida e cadastro/registro oficial das operações de crédito. Apresentar, quando aplicáveis, os estudos de capacidade de pagamento, limites legais e impacto orçamentário-financeiro de novos empréstimos. Caso algum documento não exista ou ainda esteja em elaboração, declarar expressamente essa circunstância e identificar o setor responsável.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento objetiva esclarecer o endividamento efetivo do Município e a compatibilidade entre os contratos, as despesas financeiras, as metas fiscais e o orçamento projetado. A análise das LDOs sucessivas revelou alterações em números históricos e nas projeções da dívida; a proposta da LOA 2027 prevê quase R$ 5 milhões para juros, encargos e amortização, o que exige identificação das obrigações e de sua destinação. A fiscalização também busca verificar a aplicação dos financiamentos e distinguir autorizações legislativas de contratações e desembolsos efetivamente realizados.

Solicito resposta individualizada por item, com documentos em formato digital e, sempre que possível, planilhas editáveis. Eventuais informações sigilosas poderão ser tratadas conforme a legislação pertinente, sem prejuízo da prestação dos dados financeiros e contratuais de interesse público.

Pérola D' Oeste – PR, 05 de novembro de 2026.

Raquel de Barros
Vereadora